



INFRA S.A.
ASSEMBLEIA GERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Documento nº 9365491/2025/SULIC-INFRASA/DIRAF-INFRASA/PRESI-INFRASA/DIREX-INFRASA/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA

Brasília, na data da assinatura.

Processo nº 50050.006336/2024-44

Interessado: Diretoria de Administração e Finanças, Superintendência de Licitações e Contratos

RELATÓRIO DE HABILITAÇÃO INVÓLUCRO 1
EDITAL Nº 021/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação corporativa, referentes à: a) a prospecção, o planejamento, o desenvolvimento, a implementação, a manutenção e o monitoramento de soluções de comunicação institucional, no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas, em território nacional e internacional, no que couber; b) manutenção e monitoramento das ações e soluções de comunicação institucional; e c) criação e execução técnica de projetos, ações ou produtos de comunicação institucional, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

LICITANTE

GBR PARTICIPACOES LTDA, CNPJ: 04.016.368/0001-07

1. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Requisito	Atendimento	Análise
-----------	-------------	---------

Requisito	Atendimento	Análise
7.1. Poderão participar deste certame empresas especializadas na prestação de serviços de comunicação corporativa que, cumulativamente: a) sejam estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital; e b) estejam devidamente cadastradas e com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou que apresentem a documentação relacionada no item 11 deste Edital.	Sim	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica Agência de publicidade Certidão (ões)_GBR (SEI nº 9365054) Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015) Atualização: Certidão _SICAF_TCU_GBR (SEI nº 9490690)
7.2. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que satisfaçam plenamente todas as cláusulas deste edital, seus anexos e a legislação em vigor, sendo vedada a participação de consórcio, conforme justificativa estabelecida no Termo de Referência Anexo A do Edital.		
7.3. As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital mediante documentos equivalentes, provando, ainda, que detêm autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento no Brasil.	N/A	Empresa brasileira
7.5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:		
7.5.1 - A empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de 01 (uma) empresa que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;	Sim	Certidão (ões)_GBR (SEI nº 9365054) Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015) Declaração unificada (SEI nº 9367015) - pág. 98 a 101 Não constam impedimentos diretos e indiretos no SICAF
7.5.2 - A empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Infra S. A.;	Sim	
7.5.3 - Empresa suspensa de licitar e contratar com a Infra S. A.;	Sim	
7.5.4 - Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;	Sim	
7.5.5 - Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
7.5.6 - Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
7.5.7 - Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;	Sim	
7.5.8 - Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;	Sim	
7.5.9 - Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;	Sim	
7.5.10 - Empresa que tenha sofrido decretação de falência, dissolução, concurso de credores, ou insolvência, bem como que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial e não apresente Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e com a recuperação já deferida, conforme Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.	Sim	

Requisito	Atendimento	Análise
7.5.11 - Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Infra S.A. há menos de 6 (seis) meses;	Sim	Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015) Declaração unificada (SEI nº 9367015) - pag. 98 a 101
7.5.12 - Pessoa física com relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente ou empregado da Infra S.A. cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação ou com autoridade do Ministério dos Transportes;	Sim	
7.5.13 - Empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;	Sim	
7.5.14 - Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com a presente licitação;	Sim	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica Agência de publicidade
7.5.15 - Empresa estrangeiras que não funcionem no País;	N/A	Empresa Brasileira
7.5.16 - Empresas que atuem sem fins lucrativos;	N/A	
7.6.a - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;	Sim	Certidão (ões)_GBR (SEI nº 9365054) Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015)
7.6.b - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;	Sim	
7.6.c - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;	Sim	
7.6.d - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;	Sim	
7.6.e- Certidão Negativa de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União – CNI/TCU;	Sim	
7.6.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)	Sim	
7.9. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:		
<p>7.9.1 - As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.</p> <p>7.9.1.1 - Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão consultará o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.</p> <p>7.9.1.2 - A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).</p> <p>7.9.1.3 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste edital.</p> <p>7.9.1.4 - A Comissão poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior.</p>	N/A	Grande porte

Requisito	Atendimento	Análise
7.10 - DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:		
7.10.1 - Não será admitida a participação do consórcio.	N/A	Empresa isolada

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Requisito	Atendimento	Análise
11.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:		
11.2.1 - Documento de Identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente.	Sim	Certidão (ões)_GBR (SEI nº 9365054) Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015)
11.2.2 - No caso de empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede.	N/A	
11.2.3 - No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente publicados e acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.	Sim	Certidão (ões)_GBR (SEI nº 9365054) Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015)
11.2.4 - No caso de sociedade simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.	N/A	
11.2.5 - No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP): Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME/EPP, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. Caso julgue necessário, o Presidente da CPL poderá solicitar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE para fins de aferição da Receita Bruta.	N/A	
11.2.6 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.	N/A	
11.2.7 - Procuração por instrumento público , comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es) com poderes estatutários para firmar compromisso.	Sim	Apresentada procuração de delegação de poderes à Isadora Macedo de Oliveira Lionço
11.4 - DA REGULARIDADE FISCAL:		
11.4.1 - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e	Sim	Certidão (ões)_GBR (SEI nº 9365054)
11.4.2 - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União.	Sim	Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015) Atualização: Certidão _SICAF_TCU_GBR (SEI nº 9490690)
11.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:		

Requisito	Atendimento	Análise
11.5.1 - Inexistência de ação de falência, recuperação judicial ou insolvência civil, em nome da proponente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 120 (cento e vinte) dias.	Sim	Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015) - pág. 30 a 311 Certidão emitida pelo TJSP em 29/01/2025 - válida até 29/05/2025 Certidão emitida pelo TJDF em 29/01/2025 - válida até 28/02/2025
<p>11.5.2. Demonstração Financeira (Balanço Patrimonial acompanhado das Notas Explicativas - NE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação dos documentos de habilitação.</p> <p>a) No caso de Sociedade Anônima, a demonstração financeira deverá ser apresentada na forma de publicação em órgão da imprensa público ou privado de acordo com a legislação vigente.</p> <p>b) A demonstração financeira deverá estar registrada na Junta Comercial ou órgão equivalente, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável ou profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;</p> <p>c) A demonstração financeira poderá ser apresentada por meio do SPED, nos termos do Decreto nº 8.683/2016. Caso a licitante opte pela apresentação por meio do SPED, deverá enviar:</p> <p>11.5.2.1. O Balanço Patrimonial completo, contendo o termo de abertura e encerramento;</p> <p>11.5.2.2. Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD junto à Receita Federal; e</p> <p>11.5.3. Notas Explicativas.</p> <p>11.5.3. Conforme RILC, com base nos dados extraídos da Demonstração Financeira apresentada, será avaliada a capacidade financeira da empresa, da seguinte forma, acumuladamente:</p> <p>a) Por meio de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou do SICAF:</p> $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$ $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$ $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$ <p>b) Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido de 10% (dez) por cento do valor estimado da contratação.</p>	Sim	<p>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015)</p> <p>Relatório Financeiro SEI nº 9368802</p> <p>Balanço 2023 - SEI nº 9367015 - pag. 44 a 47</p> <p>Valor estimado: R\$ 4.148.417,20 A comprovar 10 % = R\$ 414.841,72 Comprovado PL = R\$ 8.634.504,36</p> <p>CS = R\$ 100.000,00 PL = R\$ 8.634.504,36 LG = 3,23 SG = 3,37 LC = 3,48</p>
11.6 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:		
11.6.1.I - Qualificação Técnica Operacional		Ofício 44 (SEI nº 9491107)

Requisito	Atendimento	aprovado pelo Diretor competente. Planilha Qualificação Técnica (SEI nº 9491127).
11.6.1.II - Qualificação Técnica Profissional		
11.7 - DAS OUTRAS DECLARAÇÕES:		
11.7.1 - Declaração Unificada, conforme Anexo C deste Edital.	Sim	Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - GBR (SEI nº 9367015) - pág. 98 a 101
11.10 - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da licitante, com número do CNPJ e com o endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.	Sim	Empresa matriz

3. CONCLUSÃO

MARIA CECILIA MATTESCO CAIXETA
Presidente da Comissão de Licitação



Referência: Processo nº 50050.006336/2024-44

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70.070-010
Telefone: